

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	16
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	38
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	39

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	41
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	43

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
<b>Total</b>	<b>786.406</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,02599
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Dividendo		Ordinária		0,05911
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	0,04841
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe C	0,04841

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	1.385.713	1.402.059
1.01	Ativo Circulante	41.340	48.766
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.992	3.314
1.01.03	Contas a Receber	23.486	17.452
1.01.03.01	Clientes	707	582
1.01.03.01.01	Concessionárias	707	582
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.779	16.870
1.01.03.02.01	Rendas a receber	22.779	16.870
1.01.04	Estoques	3.713	4.696
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.443	22.468
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.443	22.468
1.01.07	Despesas Antecipadas	445	664
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	261	172
1.01.08.03	Outros	261	172
1.02	Ativo Não Circulante	1.344.373	1.353.293
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.469	9.333
1.02.01.03	Contas a Receber	1.265	1.193
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.265	1.193
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.204	8.140
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.204	8.140
1.02.03	Imobilizado	1.308.234	1.317.098
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.282.094	1.291.157
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	26.140	25.941
1.02.04	Intangível	26.670	26.862
1.02.04.01	Intangíveis	26.670	26.862
1.02.04.01.02	Direito de concessão - Utilização do bem Público	13.443	13.605
1.02.04.01.03	Intangível em Serviço	634	700
1.02.04.01.04	Intangível em Curso	12.593	12.557

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	1.385.713	1.402.059
2.01	Passivo Circulante	142.768	188.489
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.826	1.365
2.01.01.01	Obrigações Sociais	161	102
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.665	1.263
2.01.02	Fornecedores	1.473	3.220
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.473	3.220
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.647	39.561
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.647	39.442
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	15.218	34.833
2.01.03.01.02	Outros	2.429	4.609
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	11	58
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	-11	61
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	37.261	60.989
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	37.261	60.989
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	37.261	60.989
2.01.05	Outras Obrigações	76.193	74.823
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	56.095	54.752
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	50.441	49.233
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	5.654	5.519
2.01.05.02	Outros	20.098	20.071
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	16.011	16.011
2.01.05.02.04	Uso do bem publico	3.680	3.634
2.01.05.02.05	Encargos regulamentares e setoriais	164	158
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	243	268
2.01.06	Provisões	8.368	8.531
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9	12
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	9	12
2.01.06.02	Outras Provisões	8.359	8.519
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	8.359	8.519
2.02	Passivo Não Circulante	128.063	128.101
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	75.896	75.113
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	75.896	75.113
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	75.896	75.113
2.02.02	Outras Obrigações	37.869	37.987
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	23	132
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	16	38
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	7	94
2.02.02.02	Outros	37.846	37.855
2.02.02.02.04	Encargos regulamentares e setoriais	56	41
2.02.02.02.05	Uso do bem público	37.790	37.814
2.02.04	Provisões	14.298	15.001
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.620	6.337
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.767	2.746
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	291	243
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.562	3.348

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2.02.04.02	Outras Provisões	7.678	8.664
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	7.678	8.664
2.03	Patrimônio Líquido	1.114.882	1.085.469
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	266.708	266.708
2.03.04.01	Reserva Legal	21.987	21.987
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	90.085	90.085
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	60.067	60.067
2.03.04.10	Reserva de Investimento	94.569	94.569
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	29.413	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-171	-171

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	63.590	50.017
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.315	-10.801
3.02.01	Custo com energia elétrica	-344	-346
3.02.02	Custo de operação	-10.971	-10.455
3.03	Resultado Bruto	52.275	39.216
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.188	-3.289
3.04.01	Despesas com Vendas	-1	-13
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.595	-3.292
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.447	-3.185
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-148	-107
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	408	16
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	49.087	35.927
3.06	Resultado Financeiro	-4.519	-11.537
3.06.01	Receitas Financeiras	57	91
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.576	-11.628
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	44.568	24.390
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.155	-8.214
3.08.01	Corrente	-15.219	-9.494
3.08.02	Diferido	64	1.280
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	29.413	16.176
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	29.413	16.176
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	19,13000	10,52000
3.99.01.02	PNR	12,15000	6,68000
3.99.01.03	PNA	0,77000	0,43000
3.99.01.04	PNB	0,25000	0,13000
3.99.01.05	PNC	5,10000	2,80000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	19,13000	10,52000
3.99.02.02	PNR	12,15000	6,68000
3.99.02.03	PNA	0,77000	0,43000
3.99.02.04	PNB	0,25000	0,13000
3.99.02.05	PNC	5,10000	2,80000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	29.413	16.176
4.03	Resultado Abrangente do Período	29.413	16.176

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	29.959	22.429
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	58.823	46.238
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	44.568	24.390
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	1	5
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	8.800	8.904
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	525	1.205
6.01.01.07	Despesas pagas antecipadamente	248	214
6.01.01.08	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.174	4.263
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	863	4.624
6.01.01.10	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	48	0
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	370	38
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	91	426
6.01.01.13	Ajuste a valor presente	783	720
6.01.01.16	Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	8	14
6.01.01.19	Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	1.344	1.435
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.864	-23.809
6.01.02.01	Concessionárias	-126	-46
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-5.015	-120
6.01.02.03	Rendas a receber	-5.909	-4.881
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados	-72	-109
6.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente	-29	3
6.01.02.06	Outros ativos operacionais	-89	-7
6.01.02.07	Fornecedores	-1.747	-1.051
6.01.02.08	Outros tributos e contribuições sociais	2.700	-2.154
6.01.02.09	Benefícios pós-emprego	-3	0
6.01.02.10	Obrigações estimadas com pessoal	461	92
6.01.02.11	Encargos regulamentares e setoriais	13	4
6.01.02.12	Uso do bem público	-841	-855
6.01.02.13	Provisões	-1.372	-1.469
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	-26	-112
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-17.792	-13.104
6.01.02.17	Estoques	983	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-269	0
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-269	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-25.012	-25.467
6.03.01	Partes relacionadas	-110	110
6.03.02	Amortização Principal de Emprést, financ, Debêntures e encargos de dívidas, líquida de derivativos	-24.902	-25.577
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.678	-3.038
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.314	3.912
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.992	874

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	266.708	0	-171	1.085.469
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	266.708	0	-171	1.085.469
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	29.413	0	29.413
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.413	0	29.413
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	266.708	29.413	-171	1.114.882

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	202.426	0	0	1.021.358
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	202.426	0	0	1.021.358
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.176	0	16.176
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.176	0	16.176
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	202.426	16.176	0	1.037.534

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
7.01	Receitas	70.088	55.124
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	70.089	55.129
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1	-5
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.600	-2.464
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1	-32
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.399	-1.835
7.02.04	Outros	-200	-597
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-343	-314
7.02.04.02	Outros custos operacionais	143	-283
7.03	Valor Adicionado Bruto	67.488	52.660
7.04	Retenções	-8.800	-8.904
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.800	-8.904
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	58.688	43.756
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	57	91
7.06.02	Receitas Financeiras	57	91
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	58.745	43.847
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	58.745	43.847
7.08.01	Pessoal	2.383	2.132
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.872	1.717
7.08.01.02	Benefícios	391	305
7.08.01.03	F.G.T.S.	120	110
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.268	13.784
7.08.02.01	Federais	22.179	13.772
7.08.02.02	Estaduais	82	12
7.08.02.03	Municipais	7	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.681	11.755
7.08.03.01	Juros	4.576	11.628
7.08.03.02	Aluguéis	105	127
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	29.413	16.176
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.413	16.176

## Comentário do Desempenho

### Comentário de desempenho da Investco S.A. Período de janeiro a março de 2012

#### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO DE 2012(\*)

(\*) Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

#### A COMPANHIA

A **Investco S.A.** tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“**UHE Lajeado**”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh.

#### PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	Unidade	Saldos		
		mar/12	dez/11	Var. %
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.385.713	1.402.059	-1,2%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.114.882	1.085.469	2,7%
Dívida líquida (1)	R\$ mil	105.165	132.788	-20,8%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,09	0,12	-25,0%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	0,56	0,76	-26,3%

Resultados		Janeiro a Março		
		2012	2011	Var. %
Receita Líquida	R\$ mil	63.590	50.017	27,1%
Gastos gerenciáveis	R\$ mil	5.856	4.754	23,2%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(442)	(432)	2,3%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	49.087	35.927	36,6%
EBITDA (2)	R\$ mil	57.887	44.831	29,1%
Resultado financeiro	R\$ mil	(4.519)	(11.537)	-60,8%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	44.568	24.390	82,7%
Lucro líquido	R\$ mil	29.413	16.176	81,8%
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	91,03%	89,63%	1,6%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	46,25%	32,34%	43,0%

## Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho da Investco S.A.  
Período de janeiro a março de 2012

### DESEMPENHO OPERACIONAL

A **Investco S.A.** opera e mantém a **UHE Lajeado**, que no primeiro trimestre de 2012 gerou 18,4 GWh, valor superior ao registrado no mesmo período do ano passado, de 17,2 GWh.

### DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Demonstração do resultado do exercício	mar/12	mar/11	var. %
Receita operacional bruta	70.089	55.128	27,1%
(-) Deduções à receita operacional	(6.499)	(5.111)	27,2%
<b>(=) Receita operacional líquida</b>	<b>63.590</b>	<b>50.017</b>	27,1%
<b>Gastos não gerenciáveis</b>	<b>(442)</b>	<b>(432)</b>	2,3%
Energia elétrica comprada para revenda	(1)	(32)	-96,9%
Encargos de uso da rede elétrica	(343)	(314)	9,2%
Outros gastos não gerenciáveis	(98)	(86)	14,0%
<b>Margem bruta</b>	<b>63.148</b>	<b>49.585</b>	<b>27,4%</b>
<b>Gastos gerenciáveis</b>	<b>(5.855)</b>	<b>(4.749)</b>	<b>23,3%</b>
Pessoal	(2.815)	(2.498)	12,7%
Materiais e serviços de terceiros	(2.400)	(1.835)	30,8%
Arrendamentos e aluguéis	(104)	(127)	-18,1%
Provisões e contingências	(89)	102	-187,3%
Outros gastos gerenciáveis	(447)	(391)	14,3%
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>595</b>	<b>0</b>	
<b>EBITDA</b>	<b>57.887</b>	<b>44.831</b>	<b>29,1%</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(8.800)</b>	<b>(8.904)</b>	-1,2%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(4.519)</b>	<b>(11.537)</b>	-60,8%
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(15.155)</b>	<b>(8.214)</b>	84,5%
<b>Lucro líquido</b>	<b>29.413</b>	<b>16.176</b>	81,8%

A **receita operacional líquida**, composta, de receita de arrendamento e venda de energia, atingiu R\$ 63,6 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2012 apresentando um

## Comentário do Desempenho

### Comentário de desempenho da Investco S.A.

#### Período de janeiro a março de 2012

acréscimo de 27% em relação ao mesmo período do ano anterior. O acréscimo verificado de R\$ 13,6 milhões é proveniente principalmente da aplicação do CA (Coeficiente de Ajuste) existente no cálculo do valor de arrendamento.

Os **gastos não gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição, principalmente) totalizaram R\$ 442 mil no trimestre findo em 31 de março de 2012, superiores em 2 % aos R\$ 432 mil verificados no mesmo período do ano anterior.

A variação dos **gastos gerenciáveis**, que compreendem os gastos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, provisões para contingências e outras despesas, no trimestre findo em 31 de março de 2012 foi de R\$ 1,1 MM, correspondente a um acréscimo de 23% em relação ao mesmo período do ano anterior. As principais variações se referem: Pessoal, na rubrica de remuneração e Serviços de Terceiros, nas rubricas de meio ambiente, jurídicos e outros.

A variação do **EBITDA** do período findo em 31 de março de 2012 foi de R\$ 13,0 milhões, 29% superior ao mesmo período do ano anterior, em virtude dos pontos comentados na receita operacional líquida, gastos gerenciáveis e não gerenciáveis.

O **Resultado Financeiro** do período findo em 31 de março de 2012, de R\$ 4,5 milhões negativos, apresentou uma variação de R\$ 7,0 milhões em relação ao ano anterior, em virtude principalmente da atualização monetária e ajuste a valor presente da UBP, redução dos encargos da dívida e variação monetária e cambial.

No trimestre findo em 31 de março de 2012 a Investco apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 29,4 milhões, superior em 82% ao registrado no mesmo período do ano anterior.

### ENDIVIDAMENTO

Endividamento	mar/12	dez/11	var.%
Dívida bruta	113.157	136.102	-16,86%
( - ) Disponibilidades	(7.992)	(3.314)	141,16%
<b>( = ) Dívida líquida</b>	<b>105.165</b>	<b>132.788</b>	<b>-20,80%</b>

Em 31 de março de 2012, a Investco apresentou um endividamento bancário líquido de R\$ 105,1 milhões, representando uma redução de 20,8% em relação ao apresentado em dezembro de 2011, em função das amortizações do BNDES.

## **Comentário do Desempenho**

### **Comentário de desempenho da Investco S.A. Período de janeiro a março de 2012**

A dívida bruta em 31 de março de 2012 é de R\$ 113,1 milhões, sendo R\$ 33,2 milhões composta de BNDES e outros bancos e R\$ 79,9 milhões de ações preferenciais.

Em 31 de março de 2012, a dívida líquida representou 0,56 vezes o EBITDA acumulado nos últimos doze meses (1,21 vezes em março de 2011).

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 31 de março de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (Contrato de Concessão).

#### 1.1 Concessão

A Companhia detém o direito de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 701,4 MW.

Da potência e energia asseguradas, a Companhia deverá destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso a Companhia não consiga entregar essa quantidade de energia, deverá ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A. titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% e a Investco titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação delas no Contrato de Concessão.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias da UHE Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação no Contrato de Concessão, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

#### Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste Contrato, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$1.351, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

#### Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

### 2 Base de preparação e práticas contábeis

#### 2.1 Base de preparação

##### 2.1.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias em 02 de maio de 2012.

##### 2.1.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

##### 2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, publicadas em 8 de março de 2012.

##### a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço, com liquidez imediata.

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 31 de março de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### b) Concessionárias (Nota 4)

Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

### c) Rendas a receber (Nota 5)

Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

### d) Estoques (Nota 7)

Os materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

### e) Imobilizado (Nota 11)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 367/2009) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

### f) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

### g) Ativo intangível (Nota 12)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
- Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

### h) Licenças Ambientais (Notas 11 e 18)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

### i) Redução ao valor recuperável

#### Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

#### Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

### j) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

### k) Fornecedores (Nota 13)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 31 de março de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### l) Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas (Notas 14)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

### m) Provisões (Nota 18)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

### n) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

### o) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 8 e 25)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram calculados, a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

### p) Benefícios pós-emprego (Nota 19)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota de Benefício Pós-emprego.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2011.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no período em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

### q) Uso do Bem Público (Nota 16)

É um instrumento financeiro reconhecido inicialmente ao valor presente calculado pela taxa implícita do projeto, e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

### r) Capital social (Nota 20)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

### s) Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

### t) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

### u) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao plano de Benefícios pós-emprego, que é revista semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às informações contábeis intermediárias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais e plano de Benefícios pós-emprego.

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 31 de março de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### v) Instrumentos financeiros (Nota 27)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

- Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

### w) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

### x) Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

### y) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n° 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro diluído.

## 2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período findo em 31 de março de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas informações contábeis intermediárias da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

### Normas e Interpretações aplicáveis a Companhia ainda não vigentes

#### IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

#### IAS 19 - Benefícios a empregados

As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de benefícios definidos. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida, uma vez que ganhos e perdas atuariais passarão a ser imediatamente reconhecidos em Outros resultados abrangentes.

#### IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

#### IFRS 9 - Instrumentos financeiros – classificação e mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### IFRS 13 - Mensuração ao valor justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

#### 2.4 Reclassificações nos períodos anteriores

##### 2.4.1 Demonstração do resultado

Para fins de comparabilidade foi feita reclassificação nos valores anteriormente apresentados nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2011, qual seja, o montante de R\$164 na rubrica de Depreciações e Amortizações, inicialmente alocado em " Despesas e Receitas Operacionais" para " Custos de Operação".

#### 3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	7.992	3.314
Total	7.992	3.314

#### 4 Concessionárias

	Saldos vincendos	PCLD	Saldo líquido em 31/03/2012	Saldo líquido em 31/12/2011
Circulante				
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	503		503	460
Energia de curto prazo	145		145	63
Encargos de uso da rede elétrica	59		59	59
	707	-	707	582
Total Circulante	707	-	707	582
Não circulante				
Concessionárias				
Energia de curto prazo	15	(15)	-	-
	15	(15)	-	-
Total Não Circulante	15	(15)	-	-

Os saldos do circulante em 31 de março de 2012 são compostos por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

#### 5 Rendas a receber

O saldo de R\$22.779 em 31 de março de 2012 (R\$16.870 em 31 de dezembro de 2011), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, CEB Lajeado, Paulista Lajeado Energia e Lajeado Energia, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 9).

O contrato de arrendamento foi aditado no ano de 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83% a.a. sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada à aprovação da ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/2010, da Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 6 Impostos e contribuições sociais Ativo - Compensáveis

	Saldo em 31/12/2011	Constituição / Provisão	Adiantamentos / Pagamentos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/03/2012
Imposto de renda e contribuição social	22.074		4.999		(22.040)	5.033
PIS e COFINS	101	588		(11)	(574)	104
IRRF sobre aplicações financeiras	285		13			298
Outros	8					8
<b>Total</b>	<b>22.468</b>	<b>588</b>	<b>5.012</b>	<b>(11)</b>	<b>(22.614)</b>	<b>5.443</b>
Circulante	22.468					5.443
Não circulante						
<b>Total</b>	<b>22.468</b>					<b>5.443</b>

#### Passivo - a recolher

	Saldo em 31/12/2011	Constituição / Provisão	tos / Pagamentos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/03/2012
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	34.834	15.219	(12.794)		(22.040)	15.219
ICMS sobre diferencial de alíquota	57	22	(69)			10
PIS e COFINS	1.706	6.483	(5.450)		(574)	2.165
ISS	61	52	(124)		11	
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	30	128	(158)			
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	18	30	(36)			12
IRRF sobre juros s/ capital próprio	2.600		(2.600)			
Outros	255	667	(670)		(11)	241
<b>Total</b>	<b>39.561</b>	<b>22.601</b>	<b>(21.901)</b>		<b>(22.614)</b>	<b>17.647</b>
Circulante	39.561					17.647
Não circulante						
<b>Total</b>	<b>39.561</b>					<b>17.647</b>

#### IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2011 aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, com retenção de R\$2.600, conforme legislação (Nota 20.2) liquidado em janeiro de 2012.

#### 7 Estoques

O valor de R\$3.713, refere-se a itens de peças e materiais de manutenção inventariados e valorizados a valor de mercado.

#### 8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

##### 8.1 Ativo

Natureza dos créditos	Base de cálculo	31/03/2012			31/12/2011		Resultado	
		IRPJ	CSLL	Total	Total	2012	2011	
<b>Diferenças Temporárias</b>								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15	4	1	5	5		-	
Benefício pós-emprego	299	75	27	102	89	13	-	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.725	681	245	926	846	80	-	
<b>Total diferenças temporárias</b>		<b>760</b>	<b>273</b>	<b>1.033</b>	<b>940</b>	<b>93</b>	<b>-</b>	
<b>Diferenças Temporárias - RTT</b>								
Licenças Ambientais - CPC 25	(2.143)	(535)	(192)	(727)	(367)	(360)	386	
Uso do Bem Público - CPC 25	28.027	7.006	2.522	9.528	9.465	63	7.564	
Instrumentos financeiros - CPC 38	(4.797)	(1.199)	(431)	(1.630)	(1.898)	268	(6.670)	
<b>Total diferenças temporárias - RTT</b>		<b>5.272</b>	<b>1.899</b>	<b>7.171</b>	<b>7.200</b>	<b>(29)</b>	<b>1.280</b>	
<b>Total Ativos Diferidos</b>		<b>6.032</b>	<b>2.172</b>	<b>8.204</b>	<b>8.140</b>	<b>64</b>	<b>1.280</b>	

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 31 de março de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do período em R\$64.

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2011, estudo técnico da projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais diferidos nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2012. Com base no estudo a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes exercícios:

2012	2013	2014	2015	2016	2017 a 2019	2020 a 2021	Total
1.359	326	326	326	326	978	4.563	8.204

### 9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, apresentados na nota 21, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/03/2012	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) nos períodos findos em 31 de março	
					31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011	2012	2011
<b>Concessionárias</b>										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	1/8/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	126,84	152	148			381	329
	Bandeirante	1/8/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	118,04	18	4			48	40
					170	152	-	-	429	369
<b>Rendas a receber</b>										
	Lajeado Energia	15/1/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		16.628	12.045			45.271	35.515
Arrendamento UHE Lajeado	CEB Lajeado	15/1/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		4.556	3.574			12.403	10.722
	Paulista Lajeado	15/1/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		1.595	1.251			4.341	3.753
					22.779	16.870	-	-	62.015	49.990
<b>Partes relacionadas</b>										
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	1/1/2011	01/01/2011 a 07/12/2011					87		(183)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	1/1/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				7	8	(32)	(16)
Prestação de serviços de consultoria ambiental	Energest	1/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014				16	38	(60)	
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				5.654	5.518	(135)	(381)
	Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				50.441	49.233	(1.209)	(1.317)
					-	-	56.118	54.884	(1.436)	(1.897)
				<b>Total</b>	22.949	17.022	56.118	54.884	61.008	48.462

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP – Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) o contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1359/2011, com vigência até 7 de dezembro de 2011, trata a distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da  *Holding*  que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do  *timesheet* .

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuído pela ANEEL conforme Despacho 174, de 18 de Janeiro de 2012. As discussões junto à ANEEL foram iniciadas para a elaboração de novos contratos que substituam os existentes.

b) O contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, trata a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2)

#### 9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP Energias do Brasil S.A.

#### 9.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia são suas coligadas, exceto pela EDP Energias do Brasil S.A. que é sua Controladora final e as companhias que compõem o Consórcio Lajeado: Lajeado Energia S.A, sua controladora direta, CEB Lajeado S.A e Paulista Lajeado Energia S.A, acionistas minoritárias.

#### 9.3 Remuneração dos administradores

##### 9.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 31 de março de 2012

Remuneração Fixa de 100% para o Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal.

##### 9.3.2 Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia no período findo em 31 de março de 2012 (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	1 (*)	2 (**)	5 (***)	8
Remuneração fixa	19.001	70.391	27.000	116.392
Salário ou pró-labore (i)	15.834	58.659	22.500	96.993
Benefícios diretos e indiretos (ii)	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Encargos sociais	3.167	11.732	4.500	19.399
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Encargos sociais	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da remuneração, por órgão	19.001	70.391	27.000	116.392

( n/a ) = Não Aplicável

(\*) Das 3 posições do Conselho de Administração, apenas 1 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do conselho de administração é até R\$ 200.000, para o período de abril de 2011 a março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 05 abril de 2011.

(\*\*) Das 7 posições da Diretoria Estatutária, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é até R\$ 300.000, para o período de abril de 2011 a março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 05 abril de 2011.

(\*\*\*) Das 5 posições do Conselho Fiscal, todos os membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do conselho fiscal é até R\$ 108.000, para o período de abril de 2011 a março de 2012 inclusive, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 05 abril de 2011.

(i) Inclui encargos sociais

(ii) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia e Previdência Privada.

##### 9.3.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal referente ao período findo em 31 de março de 2012 (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	1	2	5
Valor da maior remuneração individual	19.001	48.791	5.400
Valor da menor remuneração individual	19.001	21.600	5.400
Valor médio de remuneração individual	19.001	35.195	5.400

## 10 Cauções e depósitos vinculados

Nota	Não circulante	
	31/03/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais	18	1.265
Total	18	1.265

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 11 Imobilizado

	31/03/2012			31/12/2011				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.518		114.518		114.518		114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	688.035	(128.862)	559.173	2,00	688.035	(125.435)	562.600
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,25	340.614	(79.930)	260.684	3,75	340.614	(77.998)	262.616
Máquinas e equipamentos	5,07	440.554	(119.272)	321.282	6,90	440.520	(115.940)	324.580
Veículos	14,29	903	(864)	39	20,00	903	(851)	52
Móveis e utensílios	11,46	1		1	10,00	1		1
		<u>1.584.625</u>	<u>(328.928)</u>	<u>1.255.697</u>		<u>1.584.591</u>	<u>(320.224)</u>	<u>1.264.367</u>
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	3,66	33.773	(8.525)	25.248	3,50	33.774	(8.202)	25.572
		<u>33.773</u>	<u>(8.525)</u>	<u>25.248</u>		<u>33.774</u>	<u>(8.202)</u>	<u>25.572</u>
Administração								
Máquinas e equipamentos	13,70	1.362	(924)	438	9,98	1.362	(887)	475
Veículos	14,29	659	(174)	485	20,00	659	(150)	509
Móveis e utensílios	6,29	538	(312)	226	10,00	539	(305)	234
		<u>2.559</u>	<u>(1.410)</u>	<u>1.149</u>		<u>2.560</u>	<u>(1.342)</u>	<u>1.218</u>
Total do Imobilizado em serviço		<u>1.620.957</u>	<u>(338.863)</u>	<u>1.282.094</u>		<u>1.620.925</u>	<u>(329.768)</u>	<u>1.291.157</u>
Imobilizado em curso								
Geração								
Depósitos Judiciais (Nota 18.1.1.2)		14.209		14.209		14.209		14.209
Outros		11.931		11.931		11.732		11.732
Total do Imobilizado em curso		<u>26.140</u>	<u>-</u>	<u>26.140</u>		<u>25.941</u>	<u>-</u>	<u>25.941</u>
Total do Imobilizado		<u>1.647.097</u>	<u>(338.863)</u>	<u>1.308.234</u>		<u>1.646.866</u>	<u>(329.768)</u>	<u>1.317.098</u>

De acordo com a Resolução Normativa Nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, emitida pela ANEEL -AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa n. 367, de 2 de junho de 2009.

A movimentação do imobilizado no período é a seguinte:

	Valor líquido		Transferên- cia para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido	
	31/12/2011	Aquisições				31/03/2012	
Imobilizado em serviço							
Terrenos	114.518					114.518	
Reservatórios, barragens e adutoras	562.600			(3.427)		559.173	
Edificações, obras civis e benfeitorias	262.616			(1.932)		260.684	
Máquinas e equipamentos	350.627		33	(3.692)		346.968	
Veículos	561			(37)		524	
Móveis e utensílios	235			(7)	(1)	227	
Total do imobilizado em serviço	<u>1.291.157</u>	<u>-</u>	<u>33</u>	<u>(9.095)</u>	<u>(1)</u>	<u>1.282.094</u>	
Imobilizado em curso							
Depósitos judiciais	14.209					14.209	
Outros	11.732	233	(33)		(1)	11.931	
Total do Imobilizado em curso	<u>25.941</u>	<u>233</u>	<u>(33)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>26.140</u>	
Total do Imobilizado	<u>1.317.098</u>	<u>233</u>	<u>-</u>	<u>(9.095)</u>	<u>(2)</u>	<u>1.308.234</u>	

Para o período findo em 31 de março de 2012 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 31 de março de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 12 Intangível

	31/03/2012				31/12/2011			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortiza-ção acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortiza-ção acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	899	(662)	237	20,00	899	(617)	282
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	3,22	20.138	(6.695)	13.443	2,92	20.138	(6.533)	13.605
		<u>21.037</u>	<u>(7.357)</u>	<u>13.680</u>		<u>21.037</u>	<u>(7.150)</u>	<u>13.887</u>
Transmissão								
Servidão permanente		111		111		111		111
		<u>111</u>	<u>-</u>	<u>111</u>		<u>111</u>	<u>-</u>	<u>111</u>
Administração								
Software	20,00	414	(128)	286	20,00	414	(107)	307
		<u>414</u>	<u>(128)</u>	<u>286</u>		<u>414</u>	<u>(107)</u>	<u>307</u>
Total do Intangível em Serviço		<u>21.562</u>	<u>(7.485)</u>	<u>14.077</u>		<u>21.562</u>	<u>(7.257)</u>	<u>14.305</u>
Intangível em curso								
Geração		12.474		12.474		12.461		12.461
Administração		119		119		96		96
Total do Intangível em Curso		<u>12.593</u>	<u>-</u>	<u>12.593</u>		<u>12.557</u>	<u>-</u>	<u>12.557</u>
Total do Intangível		<u>34.155</u>	<u>(7.485)</u>	<u>26.670</u>		<u>34.119</u>	<u>(7.257)</u>	<u>26.862</u>

A movimentação do intangível no período é a seguinte:

	Nota	Valor líquido		Valor líquido	
		31/12/2011	Ingressos	Amortização	31/03/2012
Intangível em serviço					
Software		589		(66)	523
Servidão permanente		111			111
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	16	13.605		(162)	13.443
Intangível em curso		<u>12.557</u>	<u>36</u>		<u>12.593</u>
Total do Intangível		<u>26.862</u>	<u>36</u>	<u>(228)</u>	<u>26.670</u>

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R\$12.593, relativo ao Intangível em curso, R\$12.450 refere-se a gastos com desenvolvimento, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo junto à ANEEL.

### 13 Fornecedores

	Circulante	
	31/3/2012	31/12/2011
Encargos de uso da rede elétrica	149	145
Materiais e serviços	1.324	3.075
<b>Total</b>	<u>1.473</u>	<u>3.220</u>



## Notas Explicativas

### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 14.2 Vencimento dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Vencimento	Tipo de Moeda
	Nacional
Circulante	
2012	37.261
	<u>37.261</u>
Não circulante	
2013	4.720
2014	4.342
2015	3.995
2016	3.675
2017	3.381
2018	3.110
2019	2.861
2020	2.632
Após 2020	47.180
	<u>75.896</u>
Total	<u>113.157</u>

#### 14.3 A mutação dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no período é a seguinte:

	Valor total em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Ajuste a valor presente	Valor total em 31/3/2012
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	60.989	(23.639)	(1.263)	1.174		37.261
	<u>60.989</u>	<u>(23.639)</u>	<u>(1.263)</u>	<u>1.174</u>	<u>-</u>	<u>37.261</u>
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	75.113				783	75.896
	<u>75.113</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>783</u>	<u>75.896</u>

#### 15 Encargos regulamentares e setoriais

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Baixa	Saldo em 31/03/2012
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	48	93		(79)		62
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	149	15	2	(9)	(1)	156
Taxa de fiscalização - ANEEL	2	5		(5)		2
Total	<u>199</u>	<u>113</u>	<u>2</u>	<u>(93)</u>	<u>(1)</u>	<u>220</u>
Circulante	158					164
Não circulante	41					56
Total	<u>199</u>					<u>220</u>

#### 15.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa (Nota 22).

#### 16 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará a caducidade da concessão. Em 31 de março de 2012 todas as parcelas encontram-se segregadas no circulante e não circulante não tendo ocorrido no período atrasos de pagamentos.

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 12) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do Bem Público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e para a apuração do valor justo, foi considerado o CPC38.

Segue abaixo movimentação do período:

Principal	Circulante	Não circulante
	Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.634
Ajuste a valor presente		412
Encargos e atualizações monetárias	30	421
Amortizações	(841)	
Transferência para o circulante	857	(857)
Saldo em 31 de março de 2012	<u>3.680</u>	<u>37.790</u>

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 31 de março de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 17 Obrigações estimadas com pessoal

	31/03/2012	31/12/2011
Folha de pagamento	1.665	1.263
INSS e FGTS	161	102
Total	1.826	1.365

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias, 13º salário e a provisão para participação nos lucros e resultados do período.

### 18 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			6.329	6.094
Licenças ambientais	8.359	8.519	7.678	8.664
Total	8.359	8.519	14.007	14.758

#### 18.1 Provisões Cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

##### 18.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Instâncias	Passivo					Ativo		
		Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas		Atualizações Monetárias	Saldo em 31/03/2012	Depósito Judicial (Nota 10)	
				Pagamentos	Reversões			31/03/2012	31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	2.746		(39)	(73)	133	2.767	771	771
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	3.348	162	(96)		148	3.562		
Total		6.094	162	(135)	(73)	281	6.329	771	771
Circulante									
Não circulante		6.094					6.329		
Total		6.094					6.329		

##### 18.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

##### 18.1.1.2 Cíveis

###### Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

###### Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 é de R\$14.209 e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 11).

##### 18.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas informações contábeis intermediárias, demonstrados a seguir:

	Instâncias	Ativo			
		31/03/2012	31/12/2011	Depósito Judicial (Nota 10)	
				31/03/2012	31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	352	335	318	317
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	85.840	83.112	38	38
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	784	778		
Total		86.976	84.225	356	355

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se às ações descritas no item 18.1.1.2 - Indenizações.

##### 18.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como remota, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de março de 2012 é de R\$138 (R\$67 em 31 de dezembro de 2011), correspondentes a ações trabalhistas (Nota 10).

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 31 de março de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 18.2 Licenças Ambientais

O montante de R\$16.037 em 31 de março de 2012 (R\$17.183 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

### 19 Benefícios pós-emprego

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Assistência médica Lei nº9.656/98	8	8	291	243
Previdência Privada - ENERPREV	1	4		
	<u>9</u>	<u>12</u>	<u>291</u>	<u>243</u>

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

### 19.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a Companhia administra um plano PGBL contratado, este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no período com R\$9 (R\$2 em 31 de março de 2011).

Esse plano tem a adesão de 18 colaboradores.

### 19.2 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício Definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2011 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado a seguir na movimentação do período do passivo de Benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	251
Despesa líquida reconhecida no trimestre	<u>48</u>
Saldo em 31 de março de 2012	<u>299</u>

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$171 em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Nota 20.3.2).

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 20 Patrimônio líquido

##### 20.1 Capital social

A composição do capital social em 31 de março de 2012 está demonstrada a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2011:

Acionistas	31/03/2012											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação total
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.685	41,04	3.764	73,00			490.616	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					206	1,25			71.252	66,47	71.458	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Em atendimento ao parágrafo 19 do CPC 39, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" foram classificadas como instrumento de dívida por satisfazerem a condição de passivo financeiro, sendo reclassificadas para a rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida (Nota 14), porém estão apresentadas no quadro anterior para melhor entendimento da destinação do lucro (Nota 20.2).

#### 20.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- 5% da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
- no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e
- o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 15 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, no montante bruto de R\$18.300, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	31/12/2011
Lucro líquido apurado no exercício	84.304
Constituição da reserva legal - 5%	(4.215)
	<u>80.089</u>
Destinação do lucro:	<u>80.089</u>
Dividendos intermediários - JSCP	18.300
Dividendos complementares do exercício	1.722
Constituição da reserva de retenção de lucros	60.067
Quantidade de ações	786.406.270
Dividendos por ação - JSCP - ordinária	0,025993
Dividendos por ação - JSCP - preferencial Classe "A"	0,036691
Dividendos por ação - JSCP - preferencial Classe "B"	0,036691
Dividendos por ação - JSCP - preferencial Classe "C"	0,036691
Dividendos por ação - JSCP - preferencial Classe "R"	0,012230
Dividendos por ação ordinária	0,004282

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 31 de março de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- a) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- b) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- c) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

### 20.3 Reservas

	31/03/2012	31/12/2011
Reservas de capital		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	14.473	14.473
	<u>14.473</u>	<u>14.473</u>
Outros resultados abrangentes		
Perda / Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego	(260)	(260)
IRPJ/CSLL Diferido	89	89
	<u>(171)</u>	<u>(171)</u>
Reservas de lucros		
Reserva legal	21.987	21.987
Reserva de retenção de lucros	90.085	90.085
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	94.569	94.569
Dividendo adicional proposto	60.067	60.067
	<u>266.708</u>	<u>266.708</u>
Total	<u>281.010</u>	<u>281.010</u>

#### 20.3.1 Reservas de capital

O valor de R\$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

#### 20.3.2 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no período é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2011	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/03/2012
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(171)			(171)
	<u>(171)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(171)</u>

#### 20.3.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

#### 20.3.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

### 20.4 Ações preferenciais classe "C"

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2006, deliberou sobre a aprovação e a conversão de 82.300.000 debêntures conversíveis subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, no montante de R\$120.252, correspondente a 98.779.619 ações preferenciais classe "C" de emissão da Companhia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 9º do Estatuto Social.

### 21 Dividendos

	Passivo	
	31/03/2012	31/12/2011
Lajeado Energia S.A.	9.684	9.684
CEB Lajeado S.A.	2.653	2.653
Paulista Lajeado Energia S.A.	929	929
Acionistas não controladores	2.745	2.745
Total	<u>16.011</u>	<u>16.011</u>

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
Período findo em 31 de março de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 22 Receitas

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
	MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011
Suprimento de Energia elétrica	11.130	10.745	1.400	1.243
Energia de curto prazo			177	124
Total Suprimento	11.130	10.745	1.577	1.367
Arrendamento			68.336	53.609
Outras receitas operacionais			176	152
(-) Deduções à receita operacional				
P&D			(16)	(12)
PIS/COFINS			(6.483)	(5.099)
	11.130	10.745	63.590	50.017

(\*) Não auditado pelos auditores independentes.

### 23 Gastos operacionais

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março					
	2012					2011
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Total
Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras		
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda						
Moeda nacional	1					32
Encargos de uso da rede elétrica	343				343	314
Taxa de fiscalização					5	4
Compensações financeiras					93	82
	344	-	-	-	98	432
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		1.536		1.279	2.815	2.498
Material		112		76	188	145
Serviços de terceiros		631		1.581	2.212	1.690
Depreciação		8.482		90	8.572	8.691
Amortização		170		58	228	213
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas líquidas			1		1	5
Provisões para contingências					89	(102)
Aluguéis e arrendamentos		8		96	104	127
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(595)	
Outras		32		415	447	391
	-	10.971	1	3.595	(506)	13.658
Total	344	10.971	1	3.595	(408)	14.090

### 24 Resultado financeiro

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2012	2011
Receitas financeiras		
Variações monetárias moeda nacional	1	
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis		33
Outras receitas financeiras	56	58
	57	91
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(1.180)	(3.440)
Variações monetárias moeda nacional		(832)
Atualização monetária de licenças ambientais	(91)	(426)
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais	(783)	(720)
Provisões e atualizações monetárias das contingências judiciais	(281)	(140)
Atualização monetária contratos de mútuo	(1.344)	(1.435)
Atualização monetária uso do bem público	(451)	(7.404)
Ajuste a valor presente uso do bem público	(412)	2.781
Benefícios pós-emprego	(20)	
Outras despesas financeiras	(14)	(12)
	(4.576)	(11.628)
	(4.519)	(11.537)

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 25 Imposto de renda e contribuição social

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	44.568	24.390	44.568	24.390
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(11.142)	(6.098)	(4.011)	(2.195)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Multas indedutíveis	(1)			
Gratificações a administradores	(5)		(2)	
(Adição) Reversão de diferenças permanentes		68		24
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior		(19)		
Adicional IRPJ	6	6		
Despesa de IRPJ e CSLL	(11.142)	(6.043)	(4.013)	(2.171)
Alíquota Efetiva	25,00%	24,78%	9,00%	8,90%

#### 26 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações contábeis intermediárias e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	31/03/2012
Usinas	561.349
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	2.982

A Controladora EDP - Energias do Brasil, detém a controlada Investco como cossegurada em sua apólice de seguro de Responsabilidade civil.

#### 27 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/2011 de 4 de março de 2011 e Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

##### 27.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.



## Notas Explicativas

### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no período.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;  
 (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e  
 (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no período.

	Mensuração do valor justo	
	31/03/2012	Mercados idênticos Nível 1
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	7.992	7.992
	<u>7.992</u>	<u>7.992</u>

### 27.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia, apresentados na nota 14, possuem como contraparte o BNDES e o Banco do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de março de 2012 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP e CDI.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se ao IGP-M, à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente taxa SELIC são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

### 27.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(1.100)	(1.100)	(159)	(317)	161	325
			(1.100)	(159)	(317)	161	325

Os índices de CDI, IGP-M, TJLP, considerados de 11%, 4,5% e 6%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 27.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 14.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 14. Até 31 de março de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia em 31 de março de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 4 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

#### 27.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

## 28 Compromissos contratuais e Garantias

### 28.1 Compromissos contratuais

Em 31 de março de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos, os contratos de mútuos e Uso do bem público (que figuram nas informações contábeis intermediárias) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas informações contábeis intermediárias), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Nota	31/03/2012					
	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Dividas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	15	113.157	37.261	13.057	10.166	52.673
Contratos de mútuos	9	56.095	56.095			
Responsabilidades com locações operacionais		81	81			
Obrigações de compra		5.329	4.507	822		
Uso do bem público	17	41.470	4.468	8.931	7.333	20.738
Licenças ambientais	19	16.037	8.359	7.678		
		<u>232.169</u>	<u>110.771</u>	<u>30.488</u>	<u>17.499</u>	<u>73.411</u>

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas informações contábeis intermediárias, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 28.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/03/2012	31/12/2011
	Valor	Valor
Aval de acionista	1.127	1.109
Fiança Bancária	635	395
Fiança Corporativa	33.249	46.755
Garantias em recebíveis	59	59
Notas Promissórias	189.249	156.000
Penhor de Ações	915.313	915.296
Penhor de Direitos	33.249	46.941

**Aval de acionista:** O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista. O saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida.

**Fiança Bancária:** É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF. O saldo de Fiança Bancária, em sua totalidade, refere-se a ações judiciais.

**Fiança Corporativa:** A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança Corporativa, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

**Garantias em recebíveis:** O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo – no mínimo cinco anos – destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

**Notas Promissórias:** é um título cambiário em que seu criador assume a obrigação direta e principal de pagar a soma constante no título. A nota promissória nada mais é do que uma promessa de pagamento. Para seu nascimento são necessárias duas partes, o emitente ou subscritor (devedor), criador da promissória no mundo jurídico, e o beneficiário ou tomador que é o credor do título. O saldo de Notas promissórias, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

**Penhor de Ações:** É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia.

O saldo de Penhor de Ações, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos. As ações ordinárias dadas em garantia são detidas pela Lajeado Energia (73%) e pela EDP Energias do Brasil S.A. (40,78%), conforme mencionado nas notas 9.1 e 21.1.

**Penhor de Direitos:** Penhor sobre os direitos emergentes da Concessão da UHE Lajeado, compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado. O saldo de Penhor de Direitos, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

#### 29 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de março de 2012 foram de R\$1.519 sendo R\$1.348, capitalizados no período (Nota 11), relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$171 em contrapartida do resultado do período relativo ao programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais em todas as suas instalações e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

#### 30 Eventos subsequentes

##### Destinação do Lucro líquido de 2011 e aprovação da Remuneração global dos Administradores

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 12 de abril de 2012, a destinação do lucro líquido com distribuição de dividendos no valor de R\$29.754 e JSCP no valor de R\$18.300 referentes ao exercício de 2011 a serem pagos no decorrer do exercício de 2012, sem ajuste, à acionista titular de ações ordinárias da Companhia na data-base da Assembleia Geral Ordinária e a fixação da verba anual de até R\$291 como sendo a remuneração global dos membros da Diretoria e de até R\$184, como sendo a remuneração global da Conselho de Administração, para o período de abril de 2012 a março de 2013 inclusive.

## **Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**

A Companhia não divulga projeções empresariais.

## **Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no comentário de desempenho e nas notas explicativas às informações contábeis intermediárias.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
Investco S.A.  
Miracema do Tocantins - TO

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

### Outros assuntos

#### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

#### Balanço patrimonial e informações contábeis intermediárias de 2011

O balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011 e as informações contábeis intermediárias referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2011, apresentados para fins de comparação, foram, respectivamente, auditado e revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificação sobre essas demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012 e 27 de abril de 2011, respectivamente.

São Paul, 2 de maio de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian  
Contadora  
CRC nº 1 SP 121517/O-3 S/TO

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, emitiram parecer favorável às Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro trimestre, por considerarem que relatam a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 7 de maio de 2012.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR  
Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JUNG KIM  
Conselheiro Efetivo

MARCO ANTONIO VIEIRA  
Conselheiro Efetivo

EDISON RODRIGUES  
Conselheiro Efetivo

RUBENS DOS SANTOS  
Conselheiro Efetivo

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os Diretores da Companhia declaram que em 02 de maio de 2012, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, bem como declaram que, nesta mesma data, reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia base 31.03.2012.

Luiz Otavio Assis Henriques  
Diretor Presidente

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa  
Diretor Vice-Presidente de Controle

Paulo Eduardo de Almeida Godoy  
Diretor Vice-Presidente

Francisco Toledo Watson  
Diretor Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade  
Diretor Administrativo e Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Junior  
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti  
Diretora Jurídica

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Os Diretores da Companhia declaram que em 02 de maio de 2012, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, bem como declaram que, nesta mesma data, reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia base 31.03.2012.

Luiz Otavio Assis Henriques  
Diretor Presidente

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa  
Diretor Vice-Presidente de Controle

Paulo Eduardo de Almeida Godoy  
Diretor Vice-Presidente

Francisco Toledo Watson  
Diretor Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade  
Diretor Administrativo e Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Junior  
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti  
Diretora Jurídica